

Novas tecnologias na justiça do trabalho e saúde dos servidores: implicações do processo judicial eletrônico

*New technologies on the labor justice: implications of the e-filing on
servants' health*

*Nuevas tecnologías en la justicia laboral y salud de los servidores:
implicaciones del proceso judicial electrónico*

Fernanda Freire Fonseca

Daisy Moreira Cunha

Celina Maria Modena

Resumo

O trabalho sempre foi apreendido na mudança, pois é de sua natureza que ele se modifique sempre. Assim, também há mudanças nos modos de viver, trabalhar e adoecer. Um exemplo disso é a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no judiciário brasileiro. Esta pesquisa teve o objetivo de compreender o papel da implementação do PJe nas representações sobre trabalho e saúde, na justiça do trabalho mineira. O referencial teórico utilizado foi a Ergologia, uma abordagem compreensiva do trabalho, que lança um olhar clínico sobre a atividade. Na perspectiva da pesquisa qualitativa, foram entrevistados 14 servidores, atendendo aos critérios de saturação e singularidade do discurso. As entrevistas foram analisadas pela análise de conteúdo construtiva interpretativa. Discutiram-se as representações sobre saúde e trabalho, e as implicações da nova ferramenta. A saúde e adoecimento no trabalho são realidades construídas a partir de uma interação complexa entre as condições impostas e prescritas antecipadamente e a elaboração de sentidos, sendo sempre visíveis sua variabilidade de manifestação e as estratégias de resistência e renormalizações. Concluiu-se que há uma relação entre resistência à mudança e a questão da subjetividade. Por não se poder estabelecer um vínculo entre a nova técnica e o patrimônio de conhecimentos e valores anteriores, a apropriação torna-se difícil e afeta a relação saúde-trabalho. Fica claro que a introdução de novas técnicas e ferramentas deve ser pensada a partir das experiências anteriores, com protagonismo das pessoas que trabalham.

Palavras-chave: Novas Tecnologias, Saúde do Trabalhador, Pesquisa Qualitativa, Ergologia, Poder Judiciário.

Abstract

The work has always been apprehended in change, because it is its nature to change forever. Those transformations are accompanied by changes in ways of living, working and sicken. An example of these changes is the implementation of the Electronic Court Filing (e-Filing) in the context of Brazilian Justice. This research was conducted in order to understand the role of the implementation of e-Filing on the representations about work and health, on the Labor Justice of Minas Gerais. The theoretical framework was the Ergology, a comprehensive approach of work that casts a clinical eye on the activity. It was developed a qualitative research, in which fourteen servants were interviewed, given the saturation and uniqueness of speech criteria. The interviews were analyzed through the interpretative constructive content analysis. We discussed representations about health and work, and the implications of the new tool. Occupational health and illness are realities built from a complex interaction between the conditions imposed and prescribed in advance and the meanings' elaboration. It brings visibility for their manifestation variability and the resistance strategies and renormalizations. It was concluded that there is a relationship between resistance to change and the question of subjectivity. When it is not possible to establish a link among the new technique and the heritage of knowledge and previously acquired values, appropriation becomes difficult and affects the relationship health-work. It is clear that the introduction of techniques should be considered from the previous experiences, along with working people.

Keywords: New technologies, Occupational Health, Qualitative Research, Ergology, Judiciary System.

Resumen

El trabajo siempre ha sido aprehendido en el cambio, porque está en su naturaleza que siempre se transforma. Así, también hay cambios en las formas de vivir, trabajar y enfermarse. Un ejemplo es la implementación del Proceso Judicial Electrónico (PJe) en el poder judicial brasileño. Esta investigación tuvo como objetivo comprender el papel de la implementación del PJe en las representaciones sobre trabajo y salud, en la justicia laboral de Minas Gerais. El marco teórico utilizado fue la Ergología, un enfoque integral del trabajo, que contempla una mirada clínica de la actividad. Desde la perspectiva de la investigación cualitativa, fueron entrevistados 14 empleados estatales, atendiendo a los criterios de saturación y unicidad del discurso. Las entrevistas fueron analizadas mediante análisis de contenido constructivo interpretativo. Se discutieron las representaciones sobre la salud y el trabajo, y las implicaciones de la nueva herramienta. La salud y la enfermedad en el trabajo son realidades construidas a partir de una interacción compleja entre las condiciones impuestas y prescritas de antemano y la

elaboración de significados, siendo siempre visible su variabilidad de manifestación y las estrategias de resistencia y renormalizaciones. Se concluyó que existe una relación entre la resistencia al cambio y el tema de la subjetividad. Como no es posible establecer un vínculo entre la nueva técnica y la herencia de conocimientos y valores anteriores, la apropiación se dificulta y afecta la relación salud-trabajo. Está claro que la introducción de técnicas debe basarse en experiencias previas, junto con las personas que trabajan.

Palabras clave: Nuevas Tecnologías, Salud Ocupacional, Investigación Cualitativa, Ergología, Poder Judicial.

1 Introdução

Todas as grandes etapas da evolução humana estão em relação dialética com os avanços de suas atividades laboriosas¹. Segundo Marx: “Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e indicam as condições sociais em que se realiza”². Trajano e Cunha³ destacam que são os meios/instrumentos com que se faz o trabalho – e não o que se faz – que distinguem as diferentes épocas econômicas.

O avanço tecnológico e as novas organizações do trabalho atuais não trouxeram o anunciado fim do trabalho penoso, mas trouxeram formas de sofrimento qualitativamente mais complexas e sutis, sobretudo do ponto de vista psíquico⁴. Isso porque a relação do indivíduo com seu trabalho não é mediada apenas por máquinas, mas também por formas diversas de organização da divisão do trabalho, de hierarquia, dentre outros⁵. Exemplo de mudança nos meios de trabalho é a inserção do processo judicial eletrônico (PJe) por meio da Lei n. 11.419/2006, que traz novo paradigma de catalogação e documentação dos atos processuais, lastreado em uma diagramação digital em bases eletrônicas⁶. A implantação do PJe, o qual torna eletrônico o recebimento, análise e encaminhamento dos processos, tornou possível submeter processos judiciais durante as 24 horas do dia e nos sete dias da semana.

A substituição do processo físico (em papel) para a modalidade virtual pretendeu gerar economia de gasto, de espaço físico, de tempo e possibilitou a consulta às peças processuais de qualquer lugar por meio de computador com acesso à internet.

Santos e Reis⁷ dizem que um ano de funcionamento do processo eletrônico comprovou que a principal vantagem é a agilidade. No entanto, todo processo de transformação vem acompanhado de desafios e resistências. Merlo et al⁸ encontraram insatisfações com aspectos do sistema, tais como sistema de busca, visualização de documentos, estabilidade do sistema, velocidade da conexão e necessidade de salvar arquivos em outros sistemas.

Pai *et al.*⁹ apontaram que a facilidade de submeter ações ao Judiciário devido à virtualização levou a um aumento da demanda de trabalho, talvez superando o crescimento de produtividade propiciado pela mesma tecnologia. As autoras ilustram este salto relacionando os dados de antes (2004) e depois (2008) da implementação do E-Proc (Processo Eletrônico da Justiça Federal) no Rio Grande do Sul: os processos distribuídos aumentaram em 104%, os julgados aumentaram 44% e a quantidade de processos tramitando aumentou 10%.

Consideramos ainda que a mudança gerada pelo PJe não é apenas de ordem quantitativa, mas também qualitativa, pois a informatização altera a dinâmica do trabalho. Houve transformações no processo e ritmo de trabalho, pois tanto os requerimentos, como todos os documentos comprobatórios dos processos judiciais passaram a ser encaminhados e analisados eletronicamente, o que modificou as relações entre o trabalhador e os meios para o exercício do trabalho⁹.

Diante do exposto e considerando que ainda há pouca pesquisa investigando o tema, especialmente do ponto de vista da saúde dos trabalhadores envolvidos, o presente trabalho foi proposto com o objetivo geral de compreender as representações de trabalhadores da justiça sobre a saúde no contexto de trabalho no qual se inserem e sobre as repercussões da implementação do PJe em sua saúde e qualidade de vida.

2 Metodologia

O presente trabalho foi uma pesquisa de campo qualitativa, entendida como aquela capaz de incorporar as questões do significado, do simbólico, da subjetividade¹⁰.

O local da pesquisa foi o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3ª Região. Os participantes foram servidores, analistas e técnicos, de sete varas do trabalho que já contam com o PJe desde 2012. A eleição dos participantes seguiu critério de acessibilidade, tendo em vista a disponibilidade dos mesmos em conceder a entrevista, e também se deu por meio da indicação dos gestores das unidades. O número de entrevistados seguiu critério de saturação, considerando a diversidade, repetição e homogeneidade das informações necessárias para o trabalho¹⁰. Os magistrados procurados argumentaram não ter disponibilidade de tempo para conceder entrevista durante o período de realização da pesquisa.

Todos os participantes foram informados sobre as prerrogativas éticas do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Pesquisas René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz sob número CAAE 37358814.5.0000.5091.

Foram realizadas 14 entrevistas, no próprio local de trabalho, entre dezembro de 2014 a março de 2015. O roteiro semi-estruturado abordou aspectos da percepção do trabalho, da concepção de saúde, representações sobre a relação saúde e trabalho e sobre as alterações vivenciadas no processo de trabalho com a implementação do PJe. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Utilizamos as representações dos trabalhadores, conforme abordado por Ferreira e Fernandes¹¹, onde a ótica dos trabalhadores consiste em representações do mundo do trabalho construídas pelos sujeitos. Os atributos essenciais e interdependentes dessas representações são: (a) elas são produtos das vivências dos trabalhadores, ou seja, são construídas e selecionadas no curso da história do sujeito; (b) elas constituem o processo orientador da atividade, onde o sujeito interage com o meio visando compreender, descrever e agir sobre ele, utilizá-lo ou transformá-lo; tal dinâmica implica em transformações do próprio sujeito¹¹.

Para análise das entrevistas, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo construtiva-interpretativa, proposta por Gonzalez Rey¹², segundo qual um dos princípios que apoiam a abordagem qualitativa é que o conhecimento é uma produção construtiva-interpretativa,

isto é, não é uma soma de fatos definidos por constatações imediatas do momento empírico. Seu caráter interpretativo é gerado pela necessidade de dar sentido a expressões do sujeito estudado, e essa interpretação é um processo em que o pesquisador integra, reconstrói e apresenta diversos indicadores obtidos durante a pesquisa, de forma processual ao longo do trabalho de investigação.

2.1 Referencial Teórico Analítico

A Ergologia escolhida como referencial teórico é um método de investigação pluridisciplinar, uma abordagem compreensiva do trabalho que considera toda atividade, inclusive a de trabalho, matriz de variabilidade, pois é atravessada pelo inédito, pela complexidade, sendo algo enigmática. Busca contemplar a atividade humana em todas as suas dimensões, entendendo as situações de trabalho como singulares, onde o sujeito se manifesta por inteiro¹³.

Em todo universo de atividade reinam normas de todos os tipos: científicas, técnicas, organizacionais, hierárquicas, que remetem a relações de desigualdade, de subordinação, de poder¹⁴. Assim, cada vez que o homem é convocado a agir, ele é confrontado com o que exigem dele e com o que ele exige de si, e então ele entra num debate de normas e de transgressões, que resulta em renormalizações. Dessa forma, o trabalho envolve um uso de si por si e pelos outros nos coletivos de trabalho, definido pela ergologia como “dramáticas dos usos de si”. Partindo desta concepção, se introduz o *corpo-si*, que extrapola a noção de subjetividade. O corpo-si, segundo Schwartz, “é um elemento de transgressão”, já que a atividade obriga a lutar para restituir espaço e dimensão proativa e criadora. Portanto, não há nenhuma situação de trabalho que não já não seja, mais ou menos, transformadora ou tentativa de transformação^{3,15,16,17}.

Sobre as mudanças, Schwartz¹⁴ vai dizer que é o caráter sistêmico do seu impacto que é contestável, pois as mudanças em curso não têm o mesmo significado para os indivíduos conforme sua história, sua vida pessoal em toda sua complexidade; não têm tampouco a mesma significação para o mesmo indivíduo, segundo a evolução de sua vida. Então, falar de “resistência à mudança” é esquivar-se das verdadeiras questões que essa mudança apresenta, que ela tem um custo que não é o mesmo para todos.

Toda atividade emprega dispositivos e princípios cuja eficácia se deve ao fato de que eles foram pensados fora das circunstâncias locais e, desse ponto de vista, são neutros em relação ao meio e àqueles que os operam. Mas, considerando as variabilidades, se as pessoas operassem esses dispositivos nas condições de neutralidade em que foram concebidos, eles não funcionariam. As pessoas desneutralizam a técnica com o seu próprio talento, sua criatividade, os laços coletivos que criam. Resumindo, o homem tira partido da técnica graças ao seu poder de generalizá-la (neutralizá-la) e de reconfigurá-la (desneutralizá-la) segundo os meios, que não são jamais neutros, mas vivos¹⁴.

Isso porque, segundo Canguillem¹⁸, há qualquer coisa que não é viver se nos assujeitamos às normas de um meio, pois todo homem quer ser sujeito de suas normas, sendo esse desejo algo vital.

Entre o já prescrito (inscrito nos artefatos) e o uso específico, surge o novo, e é por meio desse movimento que se renovam os artefatos, incorporados como instrumentos¹³.

3 Resultados e Discussão

Os servidores entrevistados foram caracterizados por uma maioria do sexo feminino (64,2%), estado civil casado (57,1%) e com cargo de técnico judiciário (cargo com exigência de ensino médio completo). Quanto à escolaridade, haviam 9 graduados em direito, 4 graduados em outras áreas e apenas um sem curso superior. Houve variação no tempo de trabalho no tribunal e a média de idade foi de 40 anos.

A análise das informações das entrevistas nos permitiu discorrer sobre as concepções e representações sobre o processo de saúde e adoecimento no trabalho, e sobre as transformações impostas pela nova tecnologia implementada.

3.1 Saúde e Trabalho

As modificações que ocorrem nos processos de trabalho determinam formas de adoecimento que devem ser analisadas historicamente, para que se apreenda como as transformações do trabalho atuam no binômio saúde/doença. Ao considerarmos o

trabalho como algo vivo, em movimento, nos defrontamos com a dinâmica de constante reconstrução e renormalização. Diante das dramáticas dos usos de si, temos a resistência às situações de heterodeterminação das normas, mobilizando as escolhas e a dimensão criadora do corpo-si.

“Não, danosa não mas a gente tem que se policiar, pode ser. A gente fica pensando... ‘Se as coisas ficarem piores será que vou ficar doente? Até onde eu vou dar conta? Qual é o meu limite?’. Às vezes eu estou com uma dor, será que foi o meu trabalho que causou isso? Então pode ser que influencie sim, mas é muito difícil você relacionar diretamente, porque têm épocas que sim, têm épocas que não...” (E5)

Um grande problema dos diagnósticos nos processos de adoecimento e suas relações com o trabalho é a dificuldade de leitura da diversidade de quadros clínicos em ligação com as situações de risco. A superação dessa dificuldade encontra como obstáculo a noção especializada e fragmentada do corpo em atividade de trabalho que embasa as práticas diagnósticas e preventivas¹⁶.

A doença no trabalho é fenômeno oriundo de modos de trabalhar concretos em contextos específicos de produção. Porém, essa relação entre o humano em atividade e o meio produtivo não pode ser compreendida enquanto uma relação determinística, o meio não age diretamente sobre a ordem biológica. Saúde e Doença são realidades construídas a partir de uma complexa interação entre as concretudes da condição humana e a elaboração de sentidos. A vida não é indiferente às suas próprias condições, ao contrário, viver é posicionar-se¹⁷.

Assunção²¹ vai dizer que:

“Os conhecimentos sobre as características psicofisiológicas do ser humano em situação real de trabalho permitem afirmar que existe uma importante variabilidade inter e intraindividual e que em toda atividade profissional existe uma atividade mental. Além disso, a regulação individual e coletiva exerce um papel importante na realização da produção”. (p.43)

As concepções de saúde e doença apresentadas por nossos entrevistados trazem o entendimento das características dinâmicas e amplas do conceito. Reconhecem o bem-estar como medida referencial, o equilíbrio das dimensões como ideal e as inter-relações entre diferentes dimensões do ser humano como algo a ser observado.

“Saúde eu acho que é um conjunto de situações, você se sentir bem mentalmente, você estar equilibrado mentalmente e equilibrado na parte física também, seria a harmonia disso aí”. (E2)

“Doença eu acho que já é o corpo gritando, né... (risos) Quando chega no corpo já passou por vários níveis, né..., emocional...” (E9)

Minayo²² constata em trabalho de pesquisa com segmentos da classe trabalhadora que falar de saúde-doença é uma forma que essa população tem de expressar sua vida: “Minha dor é a dor de minha vida”.

“Eu acho que saúde... Não ter nenhum problema que te impeça de levantar de manhã, com preguiça de vir trabalhar porque está com uma dor aqui, uma dor ali. Quando você não tem isso você é uma pessoa saudável... Não só doenças diagnosticadas, mas também o seu bem estar...”. (E4)

“Estar com saúde” do ponto de vista da prática dos trabalhadores é estar em condições de trabalhar. Do lado oposto, a visão dominante de doença é a incapacidade física para tal. Dentro de uma sociedade que valoriza acima de tudo a produção, o corpo é concebido como um motor, é força de trabalho²².

As entrevistas também evidenciam consciência da relação entre a atividade de trabalho e o processo saúde-doença. Sabemos que as doenças relacionadas ao trabalho são multifatoriais e desencadeadas pelas condições adversas em que o trabalho é ou foi realizado. Estes fatores interagem de forma sinérgica com as características individuais, hábitos de vida e ausência de medidas preventivas. Uma entrevistada lista problemas de saúde, com características diversas, associados a sua experiência em um ambiente adverso de trabalho.

“Eu tive uma experiência muito negativa lá na Xª vara, eu adoeci muito lá, inclusive lá apareceu a psoríase, que eu tenho, apareceu o colesterol, apareceu problemas de ansiedade”. (E2)

Podemos supor que a experiência citada trouxe à entrevistada uma percepção de incapacidade de criar suas próprias e novas normas de vida em confrontação com o meio. Assim, como nos afirma Schwartz¹⁷, “a consciência de um mal-uso e a reivindicação de

um outro uso conforme aos seus possíveis singulares seriam a maneira pela qual o ‘si’ testemunha em nós o nosso pertencimento ao ser vivo” (p.44).

Os resultados parecem ainda enfatizar que tudo o que diz respeito ao corpo está de uma ou de outra maneira envolvido em emoções. O ato de trabalhar é concebido como execução de tarefas em um meio que contém determinados fatores de riscos, pressupondo uma relação de hetero-determinação do meio sobre o corpo humano¹⁷. Em contrapartida, Schwartz falará de meio que propõe, mas não impõe, considerando as possibilidades de renormalizações de cada indivíduo¹⁴.

A ergologia afirma que há sempre valores em jogo na atividade, que orientam escolhas feitas ao nível da consciência, e ao mesmo tempo, feitas no nível de uma economia ou racionalidade do corpo. Essas arbitragens se situam no corpo, principalmente porque a maneira pela qual vamos gerir as variabilidades permanentes e as dramáticas do uso de si passa por sinalizações sensoriais e visuais, até nas atividades mais imateriais. Há um tipo de inteligência do corpo que passa pelo muscular, pela postura, pelo neurofisiológico, ou seja, pela concretude do corpo físico, assim como pela subjetividade. Toda atividade de trabalho é, sempre, de imediato, debate de normas entre um ser vivo – um corpo-si – e um meio saturado de valores²³.

“Não levar o serviço pra casa, isso eu acho muito grave pra esse tempo agora de PJe. Tento me organizar, tento fazer coisas fora do serviço que me satisfazem, pra ter um contra-balanceio aí. Questão das dores, to sempre fazendo um alongamento. E uso as adaptações todas também”. (E3)

É possível detectar estratégias de resistência, mesmo em situações em que o trabalhador se encontra bastante fragilizado. Levando em consideração a inevitável presença dessas estratégias, Canguilhem²⁰ diz que no homem, diferentemente do animal de laboratório, os estímulos ou os agentes patogênicos não são jamais recebidos pelo organismo como fatos físicos brutos, mas são também vividos pela consciência. Mendes²⁴ vai dizer que o grau de sucesso ou insucesso dos mecanismos de “agressão” dependerá não apenas da natureza e intensidade da “agressão”, mas, muito especialmente, do grau de vulnerabilidade do trabalhador, como indivíduo, ou da comunidade de trabalhadores, numa perspectiva coletiva.

Algo que pode mediar o adoecimento é a responsabilidade pelo próprio cuidado. Ao tratar do cuidado em saúde, Ayres²⁵ explora os estudos de Heidegger que propõe o cuidado como a categoria que mais expressivamente nos coloca em sintonia com o plano de imanência, no qual o ser do humano resulta de sua ocupação de si como resultado de si. Cuidar não é só projetar, é um projetar responsabilizando-se; um projetar porque se responsabiliza; e nossos entrevistados esclarecem isso.

“Agora, a gente tem também que...; não é o Tribunal que vai trazer saúde pra gente e entregar [Risos]. É a percepção das pessoas do que elas precisam; é a adaptação das pessoas”. (E5)

Estes pesquisadores entendem que cabe também ao setor de saúde do TRT a promoção de um ambiente de trabalho saudável e seguro aos trabalhadores. Não somente ao capacitar os sujeitos para o autocuidado, mas promovendo ambientes que reconheçam os valores presentes, que incentivem e deem espaço para as escolhas, negociações, criações e renormalizações conscientes do corpo-si.

3.2 Implementação da nova tecnologia – O PJe

“Eu recebi com muito receio, do que viria”. (E1)

Para o indivíduo cujo trabalho é subitamente modificado, a revolução técnica manifesta-se como um outro ameaçador²⁶. Caso sejam interpretadas como risco e incerteza, as mudanças poderão ser consideradas como uma ruptura irreversível de perda, possuindo como estado de ânimo o sentimento dominante de medo e ansiedade²⁷. Porém, a percepção da chegada deste outro se apresentou de forma variada entre nossos entrevistados, indicando que essa percepção é individual, apesar de carregada de valores coletivos.

“Ah, com uma preguiça! Porque tudo que é novo cansa, mas sempre é aquela primeira visão...” (E10)

“Eu adorei porque eu gosto dessas coisas de computador, de tecnologia... Eu acho que vem sempre pra acrescentar e pra melhorar, então eu gostei, não tive resistência nenhuma não.” (E13)

Inclui-se aí, como fator importante da interpretação sobre o processo de mudança, a própria experiência de vida dos indivíduos, chamando atenção para a relação prévia com instrumentos tecnológicos.

A inclusão de novas técnicas e tecnologias no trabalho, como a internet, possui intenções de transformação. Utilizar uma técnica supõe, por um lado, seguir operações predefinidas e, por outro lado, uma certa reinvenção local¹⁹. Essa reinvenção vai obrigar o trabalhador a inserir sua subjetividade, trazendo assim sua experiência e história de vida para dialogar com as técnicas propostas, talvez, explique-se assim as diferentes formas de enfrentamento desta nova realidade.

“Eu preciso ter mais atenção, eu passei a usar colírio porque meu olhos começaram a ficar muito vermelhos, o cansaço físico é maior porque fica mais tempo assentada, no físico você vai buscar o 2º volume, vai pegar o papel na impressora, então isso te faz levantar mais. No PJe não, você fica ali o tempo todo, quando você nota já está há quase duas horas sentado”. (E2)

“Hoje eu acho que foi pra melhor o funcionamento da Vara como um todo. Como aqui é uma Vara muito antiga, são muitos processos, então a gente perdia muito tempo procurando processo, colocando no lugar... Essa questão da autuação... numera, carimba, fura; isso se perde muito tempo com essas atividades. Parecem que são bobas, básicas, mas toma muito tempo da gente...”. (E13)

Assis²⁸, ao investigar os impactos de novas tecnologias em operadores do setor siderúrgico, conclui que é exigida maior capacidade de decisão e análise, conhecimento e aptidão para o trabalho em equipe, que se tornam requisitos fundamentais. Exige-se menor utilização dos atributos sensório-motores e o trabalho implica operações mais abstratas e intelectuais, além de exigir maior responsabilidade, envolvimento e capacidade para interpretar os acontecimentos.

Em estudo⁹ com sistema similar de processo judicial eletrônico, servidores entrevistados apontaram que a informatização estabeleceu um trabalho mais individualista, prevalecendo a relação trabalhador-máquina. Referiram também sintomas de ardência e ressecamento ocular, dores na coluna, cefaleias e sensação de cansaço e desgaste, segundo eles associados ao prolongamento do tempo de trabalho em frente ao computador.

Nesse sentido, podemos pensar na necessidade do servidor ser capaz de investir sua própria racionalidade do corpo para adequar seu ato de trabalho à nova ferramenta, especialmente considerando o controle do tempo e organização de pausas regulares durante a atividade. Ainda no estudo de Pai *et al.*⁹ no Rio Grande do Sul, a maioria dos servidores demonstrou conhecer medidas que podem minimizar os prejuízos do uso excessivo do computador, como as pausas regulares, alongamentos corporais e relaxamento visual. Porém, revelaram que não as adotam de forma sistemática em detrimento da prioridade atribuída às tarefas, prazos e metas de produtividade.

Tendo ainda em vista a questão da saúde, os servidores entrevistados colocam a possibilidade de impactos negativos do PJe ao considerarem um relativo aumento na carga de trabalho.

“Pode, porque é um pouco viciante. Você tem um controle melhor do seu trabalho porque você vê os numerozinhos lá... ‘Tem tantos processos pra fazer tal tarefa...’, então acaba que você fica querendo, principalmente quem é ansiosa como eu, fica querendo resolver aquilo, fica querendo diminuir aqueles números”. (E13)

Sobre essa colocação da entrevistada, que identifica sua ansiedade como regulador do seu envolvimento com a resolução das tarefas, Schwartz²⁹ vai dizer que carga de trabalho e fadiga deixam de ser dados objetivos que agridem do exterior o indivíduo; eles se negociam onde tudo depende da maneira pela qual o indivíduo, nas suas virtualidades singulares e seus limites, encontra o objetivo a realizar como ponto de apoio ou, ao contrário, como restrição de seus possíveis particulares. Assim, também temos explicitado as dinâmicas do uso de si por si e pelos outros.

Somado a isso, temos um real aumento da demanda processual no sistema judiciário brasileiro, em especial na justiça trabalhista. Para a presidente do TRT-RS o aumento do número de processos pode ser atribuído não apenas ao descumprimento da lei por parte dos empregadores, mas também à alta rotatividade no mercado de trabalho. Segundo ela, a maior facilidade de acesso ao Judiciário, trazida pela implantação do processo eletrônico, deu vazão a uma parcela de demanda reprimida, o que também leva ao acréscimo percentual³⁰.

Silva³¹ diz que o aumento das demandas judiciais, a sobrecarga de trabalho e a pressão social pelo aumento da produtividade são fatores que têm produzido um sentimento entre

os servidores de intensificação do ritmo de trabalho. Talvez frutos da era da aceleração, onde modelos gerenciais e culturas organizacionais são baseados nos pressupostos do “culto da urgência”, do “culto da excelência” e da “sobrecarga de trabalho”¹³.

“(...) eu já era pela responsabilidade do cargo, sempre fui muito preocupado, e com o PJe comecei a ficar mais ansioso, eu começo a querer fazer as coisas rápido demais. Ele funciona 24 horas por dia, então a gente que tem que cumprir prazos, porque todas as nossas atividades aqui são regulados por lei. Você começa a imaginar que sábado as pessoas trabalham, os advogados entram com as ações, com as petições, e isso mexeu muito comigo, eu não estava acostumado com isso, eu estava acostumado a cumprir o expediente. A gente não se limita mais ao expediente, a gente fica agora o tempo todo também conectado tentando dar conta desse serviço”. (E1)

Aponta-se ainda um problema que pode contribuir com sentimentos de angústia e ansiedade, pois cada novo processo judicial é assinalado no rodapé do monitor, ficando visível ao servidor. Assim, enquanto trabalha o servidor passa a ver a fila de processos aumentar. Isso traz a impressão de que o trabalho não tem fim, de estarem “enxugando gelo”. Pode-se perder a sensação de finalização da tarefa e a de “dever cumprido” que era gerada anteriormente, por exemplo, quando se finalizava uma pilha de processos físicos. Isso pode afetar negativamente a motivação, e atuar como pressão para intensificar o ritmo do trabalho^{9,33}. Salientamos que novas referências de conclusão do trabalho devem ser construídas, individual e coletivamente, por essas equipes, considerando o trabalho em suas relações com as necessidades e expectativas dos trabalhadores.

Nossa cultura moderna tem tendência a limitar o trabalho ao que foi desenhado e circunscrito pela Revolução Industrial e pelo assalariamento: a porção de tempo trocada por remuneração. É precisamente isso que permite distinguir ‘o trabalho’ do ‘fora do trabalho’³². Os trechos das entrevistas nos mostram a grande dificuldade dos trabalhadores em gerir essa distinção, nos novos tempos de informatização.

Sendo assim, na opinião de Schwartz¹⁴, um dos grandes problemas na introdução de novas tecnologias encontra-se nas condições sociais dessas mudanças. Toda mudança tecnológica tem efeitos sobre as qualificações, sobre o emprego, sobre o plano de cargos e salários, sobre uma série de coisas que não são no início necessariamente pensadas, nem mesmo discutidas. Se não há negociação sobre as repercussões, sobre as

consequências sociais da introdução dessas tecnologias, de imediato se encontram problemas para efetivar as mudanças. Não se pode dizer que as pessoas em situação de trabalho se recusam a mudar, o problema é o modo como a mudança é conduzida, as condições nas quais ela deve se realizar.

Tratando das mudanças organizacionais, têm-se tecnologias e técnicas disponíveis em um momento dado, de acordo com o estado de desenvolvimento das ciências. Existem sempre vários usos possíveis dessas técnicas. Para aproveitá-las de maneira eficaz, é necessário considerar a situação de trabalho anterior, preexistente. Se se introduzem as técnicas sem ter refletido sobre o modo como os trabalhadores vão poder se apropriar delas, corre-se o risco de encontrar dificuldades. A introdução de técnicas deve ser pensada a partir das experiências anteriores das situações de trabalho, com as pessoas que trabalham.

4 Conclusões

A introdução de novas tecnologias no meio de trabalho traz sempre intenções de transformação. Mas é importante lembrar que os trabalhadores tiram partido dessas técnicas graças ao seu poder de reinventá-las e, nesse movimento, se renovam os artefatos e instrumentos de trabalho.

A saúde e a doença devem ser analisadas historicamente, especialmente quando se quer apreender como as transformações do trabalho atuam nesse processo. A saúde no trabalho é fruto de uma relação complexa entre os aspectos concretos e a elaboração de sentidos pelos trabalhadores. Dessa forma, futuros estudos longitudinais podem trazer maiores esclarecimentos, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo.

Percebemos que há uma relação entre esta certa resistência à mudança e a questão da subjetividade. Ao recusar, ou obstar a mudança assume-se uma posição. Exprime-se de certo modo sua vontade de dizer que não se quer submeter-se à mudança; se quer ser ator dessa mudança. Apropriar-se da mudança é inseri-la na história, e isto é fundamental. Por não se poder estabelecer um vínculo entre a nova técnica e o patrimônio de

conhecimentos, de saber-fazer, de valores anteriormente adquiridos, a apropriação torna-se extremamente difícil.

Refletimos, em conclusão, sobre o desafio de garantir a proteção da saúde de trabalhadores que possuem, por sua vez, compromisso com a saúde de outros trabalhadores, aqueles que recorrem à Justiça do Trabalho. Deve-se ter em mente a manutenção de um ambiente saudável e seguro para esses servidores, do ponto de vista físico, mental e social. Para isso, é mister o respeito à jornada de trabalho estabelecida em lei e ajuste do contingente de pessoal, dada a carga de trabalho imposta. Além disso, é necessária escuta constante por parte da instituição, que considere as dificuldades diárias com as ferramentas e objeto de trabalho, bem como as sugestões de quem mais conhece essa realidade, que são os próprios trabalhadores. Sugerimos a abertura de canais efetivos de participação.

Da mesma forma, implementar políticas de prevenção e promoção de saúde nos contextos organizacionais também deve levar em conta esta lógica da escuta, do que os trabalhadores envolvidos entendem como necessidades e estratégias de melhoria da sua saúde e qualidade de vida no trabalho.

Referências Bibliográficas

1. Trinet P. Prévenir les dégâts du travail: l'ergoprévention. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.
2. Marx K. O capital Livro 1: O processo de produção do capital). 9ª Ed. São Paulo: Difel, 1984.
3. Trajano ARC, Cunha DM. Processo de trabalho no SAMU e humanização do SUS do ponto de vista da atividade. Trab Educ Saúde 2011;9(supl1):113-136.
4. Lancman S. O mundo do trabalho e a psicodinâmica do trabalho. In: Christophe Dejours. Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p. 25-36.
5. Assis RW. Os impactos das novas tecnologias nas formas de sociabilidade e savoir-faire dos operadores: um estado de caso no setor siderúrgico. Belo Horizonte.

Dissertação [Mestrado em Psicologia Social] – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais; 2000.

6. Cordeiro WM. Da reformulação do conceito de autos processuais no ambiente do processo eletrônico e suas consequências jurídicas. Revista do TRT da 13ª Região 2009;16(1):13-27.

7. Santos MA, Reis SC. Breves reflexões sobre o Processo Eletrônico no TRT da 13ª Região. Âmbito Jurídico [periódicos na Internet]. 2011 Set [acesso em maio 2014];92 Disponível em:
http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo_id=10361&n_link=revista_artigos_leitura

8. Merlo ARC, Souza Filho GA, Dornelles RAN. Avaliação das condições de trabalho e de saúde dos servidores do judiciário federal no Rio Grande do Sul: Relatório de pesquisa. Porto Alegre: Instituto de Psicologia - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional – Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho; 2012.

9. Pai DD, Lautert L, Tavares JP, Souza Filho GA, Dornelles RAN, Merlo ARC. Repercussões da aceleração dos ritmos de trabalho na saúde dos servidores de um juizado especial. Saúde e Sociedade. 2014;23 (3):942-952.

10. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13ª Ed. São Paulo: Hucitec; 2013.

11. Ferreira MC, Fernandes LC. Sobrecarga, cobrança, pressão...: a qualidade de vida no trabalho subtraída no contexto do poder judiciário brasileiro. In: Araujo JNG, Ferreira MC, Almeida CP (Org.) Trabalho e saúde: cenários impasses e alternativas no contexto brasileiro. 1.ed. São Paulo: Opção; 2015. p. 13-31.

12. Gonzáles Rey FL. Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thonson Learning; 2005.

13. Fígaro R. Comunicação e trabalho para mudanças na perspectiva sociotécnica. Revista USP. 2010;86:96-107.

14. Schwartz Y. Trabalho e ergologia. Uma conversa entre Yves Schwartz, Marcelle Duc e Louis Durrive. Tradução Jussara Brito e Milton Athayde. In: Schwartz Y, Durrive L (Org.). Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana. Rio de Janeiro: EdUFF; 2007. p.23-36.

15. Schwartz Y, Durrive L. Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana. Tradução de Jussara Brito e Milton Athayde. Rio de Janeiro: EdUFF; 2007.

16. Athayde M, Brito J. Introdução à edição brasileira: Ergologia e um livro-ferramenta, uma tecelagem que se propaga. In: Schwartz Y, Durrive L (Org.). Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana. Rio de Janeiro: EdUFF; 2007. p.V-IX.
17. Schwartz Y. Trabalho e uso de si. Proposições. 2000;1(5):34-50.
18. Canguilhem G. Meio e normas do homem no trabalho. Proposições. 2001;12(2-3):35-36 (Trabalho original publicado em 1947).
19. Echternacht E. Atividade humana e gestão da saúde no trabalho: Elementos para a reflexão a partir da abordagem ergológica. Laboreal. 2008;IV(1):46-55.
20. Canguilhem, G. O normal e o patológico. 6ªEd. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2009.
21. Assunção AA. A Cadeirologia e o Mito da Postura Correta. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. 2004;29(110):41-55.
22. Minayo MCS. Na dor do corpo o grito da vida. In: Costa NR, Minayo MCS, Leitão C, Stotz E. (Org.). Demandas populares, políticas públicas e saúde. Rio de Janeiro: Vozes; 1989, v. II, p. 76-99.
23. Schwartz Y. Trabalho e valor. Tempo Social Rev Sociol USP. 1996;8(2):147-158.
24. Mendes R. Patologia do Trabalho. 3ª Ed. São Paulo: Editora Atheneu; 2013. p.50-120.
25. Ayres LRC. Cuidado e reconstrução das práticas de saúde. Interface – Comunicação, Saúde e Educação. set 2003-fev2004;8(14):73-92.
26. Levy P. O inexistente impacto da tecnologia. Folha de São Paulo 1997 ago 17;p.3. [acesso em: 20/03/2015] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs170803.htm>
27. Cesár AMRVC. Sentimentos de apego e perda em processos de mudanças organizacionais. Revista Brasileira de Gestão e Negócios. 2006;8(21):1-12.
28. Assis RW. Os impactos das novas tecnologias nas formas de sociabilidade e savoir-faire dos operadores: um estado de caso no setor siderúrgico. Belo Horizonte. Dissertação [Mestrado em Psicologia Social] – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais; 2000.
29. Schwartz Y. Le Paradigme ergologique ou un métier de philosophe. Toulouse: Octarès; 2000.

30. Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região. Aumento de demanda à Justiça do Trabalho gaúcha chega a quase 40% em cinco anos. TRT4 Notícias 2015. [acesso em: 23/03/2015] Disponível em:
[http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/comunicacao/noticia/info/NoticiaWindow?cod=1096302&action=2&destaque=false&filtros=.](http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/comunicacao/noticia/info/NoticiaWindow?cod=1096302&action=2&destaque=false&filtros=)
31. Silva RR. Uma análise da pressão no trabalho, da liberdade e do apoio social entre servidores de um tribunal. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. 2009;12(1):123-35.
32. Schwartz Y. Manifesto por um ergoengajamento. In: Bendassoli PF, Soboll LAP. Clínicas do Trabalho: Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas; 2011. p.132-166.
33. Luca D. 28 de abril: O Pje e a saúde dos servidores [acesso em 30 de março de 2022]. Disponível em: <https://www.sintrajud.org.br/28-de-abril-o-pje-e-a-saude-dos-servidores-por-daniel-luca/> - 25/04/2019.